

Senadores pedem apuração de denúncia sobre venda de votos

Defesa da investigação rigorosa e da punição dos culpados une parlamentares de diferentes partidos no plenário e na Comissão de Justiça do Senado



O plenário do Senado aprovou projeto que torna mais rigorosa a punição da prática de preconceito

NESTA EDIÇÃO

1 Colônias de pescadores

Plenário acolhe projeto que reconhece as colônias de pescadores como órgãos de classe dos trabalhadores na pesca artesanal. Pág. 2

2 Apoio à posição do Itamaraty

Senado aprova moção de solidariedade à posição do Itamaraty de fortalecimento do Mercosul antes de integrar o Brasil à Alca, em 2005. Pág. 3

Preconceito de raça e religião terá pena de até três anos

O plenário do Senado aprovou ontem projeto originário da Câmara dos Deputados que define como crime a prática, indução ou incitamento à discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Nesses casos, a pena prevista é de um a três anos de prisão e multa.

Como destacou o presidente do Senado, o projeto vai à sanção presidencial em homenagem à data de ontem, 13 de maio, que marca o fim da escravidão. A proposta aprovada altera a Lei nº 7.716, de 1989, e o Código Penal. Pelo projeto, fabricar, co-

mercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a suástica ou a cruz gamada para divulgar o nazismo também passam a ser crimes sujeitos à pena de dois a cinco anos de reclusão.

Se os referidos crimes forem cometidos por meios de comunicação social ou por publicação de qualquer natureza, a pena será de dois a cinco anos. Além disso, ouvido o Ministério Público ou a pedido deste, transmissões radiofônicas e televisivas serão suspensas e material impresso será imediatamente recolhido.

Senadores de diferentes partidos defenderam ontem uma apuração rigorosa da denúncia de venda de votos de deputados do Acre em favor da emenda da reeleição de presidente, governadores e prefeitos. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recomendou rapidez na apuração dos fatos e punição dos culpados, inclusive com a cassação de mandatos. Pronunciaram-se também a favor da apuração da denúncia os senadores Ademir Andrade, Sebastião Rocha, José Eduardo Dutra, Eduardo Suplicy e Marina Silva. O senador Jádler Barbalho garantiu que a emenda não ficou prejudicada pelo episódio, que considerou grave. Elcio Alvares garantiu que a emenda continuará com tramitação normal. Páginas 4 e 5

CCJ mantém a tramitação da proposta

O senador Francelino Pereira apresentou perante a Comissão de Justiça seu parecer contrário a quatro emendas de plenário à proposta de emenda constitucional que permite a reeleição de ocupantes de cargos no Executivo. A decisão ficou para a reunião de hoje da CCJ, que rejeitou requerimento do senador Antonio Carlos Valadares pedindo o sobrestamento da votação da matéria. Página 5

■ Bianco solicita apoio ao Basa



Bianco

O senador José Bianco (PFL-RO) dirigiu apelo ontem ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, no sentido de determinar, o mais rapidamente possível, providências visando ao aumento do capital social do Basa (Banco da Amazônia).

É urgente uma decisão política que autorize medidas técnicas para o aporte de recursos da ordem de R\$ 150 milhões destinados à capitalização do Basa, dando condições para que a instituição se credencie para captar recursos junto a diversos setores - disse o senador.

■ Novas regras para as MPs

O plenário do Senado vota hoje, em segundo e último turno, o substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS) à proposta de emenda constitucional que estabelece novas regras para a edição e tramitação de medidas provisórias (MPs). O substitutivo, aprovado em primeiro turno, eleva de 30 para 90 dias o prazo de validade de uma MP, proíbe sua reedição e permite apenas uma prorrogação por mais 90 dias, sem mudança do texto.

■ Sessões de homenagem

Os senadores decidiram ontem que o horário do expediente das sessões dos dias 1º de outubro e 11 de dezembro será destinado a homenagens. A requisição do senador Artur da Távola (PSDB-RJ), os 170 anos do *Jornal do Comércio* serão o tema do dia 1º/10.

Em 11 de dezembro, conforme requerimento do senador Francelino Pereira (PFL-MG), os senadores prestarão suas homenagens ao centenário de Belo Horizonte.

Senado reconhece órgãos de classe dos pescadores

As colônias de pescadores, assim como as federações estaduais e a Confederação Nacional dos Pescadores, foram ontem reconhecidas pelo plenário do Senado como órgãos de classe dos trabalhadores na pesca artesanal e profissional. A decisão regulamenta parágrafo único do artigo 8º da Constituição federal.

Originário da Câmara, o projeto teve dois pareceres no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, um elaborado pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), em 1995, e outro, de 1997, de autoria do senador Romero Jucá (PFL-RR). O primeiro referendava o texto ori-

ginal, enquanto o segundo, aprovado hoje, inseriu três modificações e exigirá nova deliberação da Câmara.

As colônias de pescadores, conforme o projeto, terão preferência no aforamento dos terrenos de marinha e poderão reivindicar, perante os órgãos públicos, a criação de uma política pesqueira voltada para a pesca artesanal. Na proposta do deputado Antônio Carlos Mendes Thame, as colônias congregariam apenas os pescadores artesanais, mas o relator Romero Jucá considerou que elas também deveriam abarcar os pescadores profissionais.

PIB nordestino cresceu mais, diz Suassuna



Suassuna

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) destacou ontem os resultados do relatório da Sudene, dando conta de que o PIB

da região cresceu, pelo terceiro ano consecutivo, acima do nível nacional.

Conforme informou, "as bases para esse resultado são o desempenho dos setores de serviço, com 4,6%, e da indústria, com 3,5% de crescimento. O setor agropecuário, com expansão de 2,3%, é que não permitiu que a taxa de crescimento do Nordeste fosse ainda maior". Ney Suassuna recebeu apertes dos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e Fernando Bezerra (PMDB-RN).

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

11h - Recebe a senadora Benedita da Silva, acompanhada de vereadores e prefeitos do estado do Rio de Janeiro

12h30 - Participa de almoço oferecido pela ABDIB. Sala Prata do Hotel Bonaparte

15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Discussão em turno único do *PLC nº 72/96, que altera o art. 82 da Lei nº 7.210/84, que institui a Lei de Execução Penal; do *PLC nº 1/97, que altera os dispositivos da Lei nº 8.212/91, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui o Plano de Custeio; do *Projeto de Resolução nº 52/97, que autoriza o governo do estado do Piauí a contratar operação de crédito externo, com aval da União, junto ao Bird, no valor de US\$ 30 milhões; e do *Projeto de Resolução nº 53/97, que autoriza o governo do estado do Rio Grande do Norte a contratar e conceder contraguarantia a operação de crédito externo, com aval da União, junto ao Bird, no valor equivalente a US\$ 24 milhões.

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Reunião extraordinária)

Pauta: 1ª parte: Emendas de plenário oferecidas à *PEC nº 4/97 (apresentação de relatório), que permite reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos.

2ª parte: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PEC nº 47/95, que institui a Justiça Agrária; *PEC nº 12/91, que cria o Conselho Nacional de Justiça; e *PEC nº 46/95, que dispõe sobre o tratamento

tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica. Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 89/96 (não terminativo), que autoriza o governo federal a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem Programa de Garantia de Renda Mínima associado a ações sócio-educativas; e *PLS nº 236/95, que cria a renda mínima na educação. Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa

10h - Comissão de Políticas para o Desenvolvimento do Nordeste

Pauta: Exposição do diretor da Embrapa em Petrolina-PE, Manoel Abílio de Queiroz. Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa

11h30 - Comissão de Educação

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 94/96 (terminativo), que regulamenta a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos; e *PLC nº 14/96 (não terminativo), que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador, e sua comercialização no país. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimento do empresário Manoel Moreira Neto. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

Reunião de instalação de Comissões Mistas, na sala 13 da Ala Senador Alexandre Costa, quando serão eleitos os presidentes e vice-presidentes e designados os relatores das seguintes medidas provisórias:

10h - MP nº 1507-19/97, que dispõe sobre medidas de fortalecimento do Sistema Financeiro

10h30 - MP nº 1511-10/97, que dá nova redação ao art. 44 da Lei nº 4.771/65.

11h - MP nº 1524-7/97, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da administração pública

14h30 - MP nº 1565-4/97, que altera a legislação que rege o salário-educação.

CPI recebe documentos a respeito de Pitta e Maluf

Hoje a comissão deverá tomar o depoimento do empresário Manoel Moreira e decidir sobre a convocação do presidente do BC

O presidente da CPI dos Precatórios, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), recebeu ontem do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, cópia do auto de infração que levou o prefeito de São Paulo, Celso Pitta, a pagar um total de R\$ 99 mil, em juros e multas, referentes a impostos devidos em 1995 e 1996. Cabral também recebeu do ex-prefeito Paulo Maluf cópia da interpeção judicial que este ajuizou contra o empresário Manoel Moreira Neto, que o teria implicado nas irregularidades cometidas com a emissão de títulos para pagar precatórios.

Bernardo Cabral informou que apresentará, hoje, os dois documentos aos integrantes da



Bernardo Cabral

CPI, antes da tomada de depoimento de Manoel Moreira. Proprietário das empresas Sabra, CMA Plásticos e CMA Importações e Exportações, Manoel Moreira teria dito, numa conversa informal com os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Vilson Kleinübing (PFL-SC) e Romeu Tuma (PFL-SP), que Maluf teria sido o mentor das emissões irregulares de títulos.

Conforme explicou Cabral, se o empresário não se retratar, essa interpeção serve como instrumento para queixa-crime. Se ele negar, isso funcionará como uma retratação. Manoel Moreira será interrogado pela CPI porque suas empresas movimentaram cheques emitidos pelas corretoras e distribuidoras que atuaram na cadeia de compra e venda de títulos emitidos para pagar precatórios.

GUSTAVO FRANCO

Ainda segundo o presidente da CPI, Bernardo Cabral, a comissão vai deliberar, hoje, sobre a convocação de Gustavo Franco, diretor de Assuntos Internacionais do Banco Central.

Távola destaca encontro sobre segurança no Rio



Távola

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) pediu ontem a transcrição nos Anais do Senado das conclusões de encontro realizado pelo jornal *O Dia*, do qual participaram 50 autoridades, na busca de soluções para a pacificação do Rio de Janeiro. Conforme o senador, participaram do encontro cientistas sociais, policiais, jornalistas, políticos, juristas e magistrados, todos empenhados em contribuir para a redução da violência.

Távola afirmou que, depois de 15 horas de trabalho e mais de 200 sugestões, o grupo montou uma lista de providências a serem implementadas junto à sociedade, à Justiça e às polícias. Ele leu o rol dessas providências, entre as quais se encontra a de ampliar o conceito de segurança pública.



BENEDITA LANÇA LIVRO

O livro autobiográfico da senadora Benedita da Silva (PT-RJ), *BeneDita*, foi lançado ontem no Salão Negro do Congresso Nacional, com uma sessão de autógrafos da senadora.

A solenidade contou com a presença do presidente do Senado, Antonio Carlos

Magalhães, e dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Abdias Nascimento (PDT-RJ), Romeu Tuma (PFL-SP), Waldeck Ornelas (PFL-BA) e Eduardo Suplicy (PT-SP) e das senadoras Marluce Pinto (PMDB-RR) e Emília Fernandes (PTB-RS).

Brahms é tema de palestra

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) fará amanhã uma palestra sobre a vida e a obra do compositor e pianista alemão Johannes Brahms, cujo centenário de morte está sendo lembrado em todo o mundo. A palestra será na Biblioteca do Senado, às 15h. Título da exposição: "A Brahms no centenário de sua morte. Estará morto o romantismo?"

Senadores dão apoio a posição quanto à Alca

O plenário do Senado aprovou ontem moção de solidariedade à posição do Ministério das Relações Exteriores no III Encontro das Américas, de defender a consolidação e fortalecimento do Mercosul antes de integrar o país, em 2005, na Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Os Estados Unidos defenderão, no encontro iniciado ontem em Belo Horizonte, a implantação da Alca em 1998.

A moção foi sugerida por requerimento de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Como presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, o senador José Sarney (PMDB-AP) encaminhou favoravelmente o pedido de Simon. Defenderam a mesma posição os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), José Fogaça (PMDB-RS), Roberto Freire (PPS-PE) e Ney Suassuna (PMDB-PB).

Antes, Rocha quer o Mercosul forte

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou ontem que o governo brasileiro está no caminho correto ao defender o fortalecimento do Mercosul como requisito anterior à implementação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), porque esse é o desejo de todos os países do Mercosul, que estão nessa fase de entendimentos.

O senador disse que as negociações com o Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta) devem ocorrer em bloco, ou seja, que todos os países do Mercosul negociem uma mesma proposta e adotem uma mesma estratégia. Os Estados Unidos advogam a negociação individual com cada um dos países integrantes do Mercosul. Rocha defendeu que essa integração à Alca seja progressiva.

REELEIÇÃO

ACM quer rapidez na apuração de denúncia sobre venda de votos

Presidente do Senado pretende evitar prejuízos à imagem dos parlamentares das duas casas do Congresso

Rapidez na apuração dos fatos e na aplicação das punições aos parlamentares faltosos, inclusive com a cassação de mandatos. Esta é a recomendação feita ontem pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para a ação do Congresso



Antonio Carlos

so frente às denúncias envolvendo deputados do Acre na venda de votos a favor da proposta de emenda constitucional que cria a possibilidade de reeleição para os ocupantes de cargos executivos.

A exemplo de outras denúncias

sobre o envolvimento de parlamentares em atividades incompatíveis com o exercício do mandato, Antonio Carlos entende que "a demora na efetiva punição dos culpados acaba desgastando a imagem de todos os 513 deputados e 81 senadores, e deixando a instituição legislativa em má situação perante a opinião pública".

Ademir repudia "crime" praticado na Câmara

O senador Ademir Andrade (PA) manifestou ontem, em nome do Partido Socialista Brasileiro, a sua indignação contra o que classificou de crime que teria sido praticado durante a votação da proposta de emenda da reeleição na Câmara dos Deputados.

Ele congratulou o jornal *Folha de S. Paulo* pela "ousadia e coragem" de ter publicado denúncias tão graves contra deputados que votaram pela reeleição "em troca de R\$ 200 mil".

Na opinião do senador, "é triste observar esse tipo de crime envolvendo os governadores Amazonino Mendes, do Amazonas, e Oleir Cameli, do Acre". "Se esses governadores são capazes de comprar parlamentar, imagine o que serão capazes de fazer pela sua própria reeleição", questionou Ademir Andrade, observando que a não-desincompatibilização pressupõe o uso da máquina pública em benefício próprio.

Credibilidade do Congresso preocupa Marina Silva

A senadora Marina Silva (PT-AC) sugeriu ontem que o Congresso assumira a responsabilidade de investigar a denúncia, veiculada na *Folha de S. Paulo*,

de que teria havido compra de votos na apreciação, pela Câmara, da proposta de emenda da reeleição. "Se nós não fizermos isso, daremos razão à população". Ela ci-



Marina Silva

tou pesquisa mostrando que apenas 17% da população respeitam o Congresso, enquanto 75% são descrentes quanto à instituição. Para Marina, as denúncias "enlameiam" a tramitação da proposta de reeleição e, por isso, apelou à bancada governista no Senado no sentido de esclarecer a questão.

Rocha coloca em dúvida a validade da votação

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou ontem que se for comprovada a denúncia feita pelo jornal *Folha de S. Paulo*, segundo a qual cinco parlamentares receberam R\$ 200 mil para aprovar a emenda da reeleição, "o fato evidencia a compra de votos por governadores que desejam ser reconduzidos a um segundo mandato, fato esse que merece repú-



Sebastião Rocha

dio, porque envergonha o Congresso Nacional".

Na opinião do senador, esse tipo de denúncia macula todo o processo de reeleição dentro do Congresso Nacional e joga por terra toda a credibilidade a respeito do processo de emenda da reeleição. Rocha coloca em dúvida, comprovada a denúncia, a validade da votação da proposta de reeleição, na Câmara.

Dutra defende que tramitação seja suspensa

Em nome do Bloco Oposição, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) defendeu ontem a suspensão temporária, pelo Senado, da tramitação da emenda da reeleição até que as denúncias publicadas no jornal *Folha de S. Paulo* sejam devidamente apuradas.

Para o senador, "a matéria está contaminada" pelas denúncias de corrupção contra parlamentares e "a única forma de admitir a discussão da reeleição seria com o acatamento, pelo relator, Francelino Pereira (PFL-MG), de emenda de Pedro Simon (PMDB-RS) estabelecendo a realização de um plebiscito".

Suplicy propõe que FHC tome a iniciativa

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apelou ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, e aos demais



Suplicy

senadores para que façam gestões junto ao presidente Fernando Henrique Cardoso no sentido de sustar a votação da emenda da reeleição.

Suplicy destacou notícia publicada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo*, denunciando que quatro deputados e uma deputada, todos do Acre, receberam R\$ 200 mil para votar a favor da emenda da reeleição. "É um procedimento que não pode ser permitido nem pelo Poder Legislativo nem pelo Poder Executivo", afirmou.



Dutra

REELEIÇÃO

Jáder discorda de que emenda seja prejudicada



Jáder

Pela liderança do PMDB, o senador Jáder Barbalho (PA) afirmou que discorda da opinião de que a emenda da reeleição esteja prejudicada pelo episódio, "profundamente grave, de que parlamentares alteraram a Constituição em troca de propinas originadas de governadores".

Jáder disse que o Congresso tem a obrigação de dar uma resposta rápida e enérgica à opinião pública. O senador lembrou que as denúncias somam-se a notícias de que um ministro teria dito que, com determinados parlamentares, só dá para conversar nu, numa sauna.

Para Elcio, a comissão deu "resposta cabal"

O líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), disse que a proposta de emenda constitucional que trata da reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos continuará a tramitar normalmente na Casa, já que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) rejeitou ontem requerimento do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) propondo o adiamento da tramitação da proposta.

Na opinião de Elcio Alvares, o resultado da votação do requerimento não deixou dúvidas: "Foram 19 votos contrários e 4 favoráveis. A CCJ, o mais alto colegiado da Casa para dirimir dúvidas legais, deu uma resposta cabal", afirmou.



Elcio Alvares



Francelino, ao lado de Bernardo Cabral, apresenta seu relatório na reunião da CCJ

Relator rejeita emendas apresentadas em plenário

CCJ acolhe pedido de vistas coletivo do relatório e votação da matéria é transferida para a reunião de hoje, às 10h

As quatro emendas de plenário apresentadas à proposta de emenda constitucional que permite a reeleição para presidente da República, governadores e prefeitos foram rejeitadas pelo relator da matéria, senador Francelino Pereira (PFL-MG). Ele apresentou ontem o seu parecer em reunião extraordinária da Comis-

são de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).

A CCJ acolheu pedido de vistas coletivo do relatório, por vinte e quatro horas, e a votação da matéria ficou para hoje, em reunião prevista para as 10h. O senador Elcio Alvares (PFL-ES), líder do

governo, prevê que a matéria será apreciada em primeiro turno pelo plenário no dia 21, e em segundo turno no dia 4 de junho.

No relatório, Francelino Pereira manifestou sua posição favorável à proposição na forma como foi encaminhada ao Senado pela Câmara dos Deputados.

Denúncia repercute nos debates

A denúncia divulgada ontem pelo jornal *Folha de S. Paulo* sobre venda de votos a favor da proposta de emenda da reeleição, na Câmara dos Deputados, gerou amplo debate na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, durante a apresentação do relatório do senador Francelino Pereira (PFL-MG).

Colocado imediatamente em votação pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), requerimento encaminhado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), pedindo o sobrestamento da discussão e votação da matéria por até 30 dias, enquanto a Câmara dos Deputados avalia e investiga a denúncia, foi rejeitado por 19 votos a quatro. Valadares argumentou que o "jornal tem responsabilidade e não iria publicar a notícia sobre votação viciada sem fundamento".

O líder do Bloco Oposição, senador José Eduardo Dutra

(PT-SE), sugeriu ao relator da emenda da reeleição que, diante da denúncia da *Folha*, revise sua posição contrária ao referendo popular proposto pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). "O mérito da matéria está sob suspeita e a sociedade tem que saber o que se passa", afirmou Dutra. Também o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou o assunto "muito grave" e manifestou sua confiança na credibilidade da *Folha*.

Por sua vez, o senador José Fogaça (PMDB-RS) disse haver uma "bipolarização da situação" envolvendo, de um lado, os políticos acreanos e, de outro, o presidente da República, que, segundo afirmou, "nada tem a ver com o caso". Os senadores Elcio Alvares (PFL-ES) e Sérgio Machado (PSDB-CE) apoiaram Fogaça e sustentaram que a matéria não poderia ficar parada em função da denúncia.

Epitácio Cafeteira (PPB-MA) recomendou prudência e contestou os senadores governistas quanto "à pressa em votar a matéria". Francelino Pereira frisou que enfatiza em seu parecer que só "os probos e competentes serão eleitos pela sociedade".

Valadares insiste em adiamento

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou ontem que reapresentará hoje requerimento pedindo o adiamento da votação da emenda da reeleição, "com o objetivo de defender o Legislativo".



Valadares

Modelo previdenciário brasileiro privilegia as elites, afirma Britto

Em debate com senadores na Comissão de Justiça, o também ex-ministro Sérgio Cutolo adverte que o sistema é inviável

Ao defender a realização imediata de uma "profunda reforma" no sistema previdenciário brasileiro, o ex-ministro da Previdência e governador do Rio Grande do Sul, Antonio Britto, disse ontem, em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que o modelo atual é "perverso porque privilegia as elites ao arrecadar da maioria para beneficiar uma minoria".

Britto propôs que a aposentadoria seja concedida mediante um cálculo baseado na combinação do tempo de serviço com o tempo de contribuição. O senador Roberto Freire (PPS-PE) apoiou a posição de Britto.

O presidente da Caixa Econômica Federal e também ex-mi-



Britto (E) cumprimenta Tebet na audiência pública

nistro da Previdência Sérgio Cutolo, que participou da audiência pública, ressaltou a inviabilidade do atual modelo previdenciário.

Iris Rezende (PMDB-GO) lamentou que grupos estejam se mobilizando em função dos seus próprios interesses. José Foga-

ça (PMDB-RS) defendeu pensão baseada na renda média dos salários do contribuinte. Já Ramez Tebet (PMDB-MS), que presidiu a reunião, assegurou que o parecer de Beni Veras (PSDB-CE), a ser apresentado, deverá respeitar os direitos adquiridos pelos trabalhadores.

Emília: reajuste para professores

A senadora Emília Fernandes (PTB-RS) pediu ontem que o governo do Rio Grande do Sul conceda



Emília

reajuste de 205% aos professores e de 163% para os funcionários das escolas do estado. A seu ver, para enfrentar a fragilização do processo educacional, "é fundamental apostar na qualificação profissional".

Segundo a senadora, os professores gaúchos recebem pisos salariais inferiores ao salário mínimo: R\$ 111,71, acrescidos de um abono de R\$ 44,54; e os funcionários das escolas, R\$ 121,46, mais um abono de R\$ 40,19, "para disfarçar a inconstitucionalidade". Em apertado, manifestaram-se Edison Lobão (PFL-MA), Benedita da Silva (PT-RJ) e Carlos Bezerra (PMDB-MT).

Proposta para Colégio Militar

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) informou ontem que visitou, junto com o vice-presidente da República, Marco Maciel, o Comando Militar do Sudeste, quando conheceram a maquete da proposta de construção do Colégio Militar de São Paulo.



Romeu Tuma

Pesar pela morte de desembargador

A requerimento do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), o plenário do Senado aprovou ontem a inserção em ata de voto de profundo pesar pela morte do desembargador Milton Malulei, de Mato Grosso do Sul. A Casa também apresentará suas condolências à família e ao Tribunal de Justiça do estado.

Denúncia de trabalho escravo revolta senadoras

A CPI que, sob a presidência da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), apura denúncias sobre o envolvimento de crianças e adolescentes em trabalho escravo colheu ontem os depoimentos do presidente da Cooperativa dos Produtores do Garimpo de Bom Futuro (RO), Oscarlino Lopes Filho, e de Jairo Reis, diretor da Ebesa (Empresa Brasileira de Estanho S/A).

Segundo o dirigente da cooperativa, a Ebesa submete todos os garimpeiros de Bom Futuro a trabalho escravo, porque eles são obrigados a vender para ela sua produção. Oscarlino disse que as autoridades têm conhecimento desses fatos, mas não tomam pro-

vidências. Esclareceu que cerca de 400 menores em idade escolar não vão à escola. Jairo Reis, por sua vez, interpelado com veemência por Marluce Pinto, esclareceu que, por força de portarias do DNPM, a empresa é obrigada a adquirir a produção dos garimpeiros de Ariquemes. Emília Fernandes (PTB-RS) se disse indignada com os depoimentos, considerados "antagônicos" pelas deputadas Lydia Quinan, Fátima Pelae e Célia Mendes, relatora da CPI.



Marluce preside a reunião da comissão

Osmar critica governador



Osmar

Osmar Dias (PSDB-PR) informou ontem ao plenário que, dos 60 convencionais do PSDB no seu estado,

37 participaram da deliberação sobre o ingresso do governador Jayme Lerner na legenda, manifestando-se 33 contra e apenas quatro a favor. "Isso significa que, lá no Paraná, nós conhecemos de fato o sr. Jayme Lerner", afirmou.

Conforme Osmar Dias, essa decisão do PSDB representou um sonoro "não" da população do estado ao governo Lerner. "É um governo que despreza o interior, que não hesita em fazer obras caras, que esconde os negócios feitos com o dinheiro do estado e que gastou R\$ 105 milhões com mídia, só em 1996". Na opinião do senador, só quem não conhece o governador acredita que ele seja uma *griffe* nacional.

SESQUICENTENÁRIO DE CASTRO ALVES

Senadores exaltam o Poeta dos Escravos

Antonio Carlos Magalhães destacou o consenso dos parlamentares das mais variadas tendências quanto à força da poesia de profundas preocupações sociais e libertárias

Para Abdias, exploração é raiz dos problemas

Uma das melhores vias de acesso à realidade social brasileira é a leitura dos poemas do baiano Castro Alves, cuja preocupação com a causa dos cativos lhe valeu o título de "Poeta dos Escravos".

A afirmação foi feita pelo senador Abdias Nascimento (PDT-RJ), após lembrar que a Sociologia e a História demonstraram que os principais problemas sociais enfrentados, hoje, pelo Brasil têm origem na forma como se fez a passagem de uma economia baseada no trabalho servil para uma incipiente economia capitalista de base inicialmente agrária, "mas que continuava tendo na exploração da mão-de-obra negra, agora supostamente 'livre', sua principal fonte de sustentação".

Abdias citou versos de Castro Alves sobre as atrocidades cometidas contra os escravos e conclamou a sociedade a combater o "cancro do racismo que o 13 de Maio não aboliu".



Ronaldo Cunha Lima: Senado ecoa um grito de 150 anos

Ronaldo: acima de tudo, porta-voz da indignação

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) afirmou ontem que Castro Alves foi mais que um dos maiores poetas românticos da literatura brasileira: foi porta-voz da indignação humana e do inconformismo social ante a tragédia de um povo e o desespero de uma raça.

Para Ronaldo, ao comemorar o sesquicentário do nascimento do poeta, o Senado "ecoa um grito que há 150 anos se ergueu dos livros e das praças para atravessar a

História".

- Entoamos, agora, o canto que atravessou a poesia para ecoar na consciência da pátria. Relembramos prantos de um povo nos cantos de um poeta; revivemos um poeta nas lágrimas de uma gente - acrescentou.

O deputado Aldo Rebelo, que requereu a realização da sessão solene do Congresso, lembrou que a obra de Castro Alves tem um sentido de fortalecimento da identidade nacional. Associou-se às homenagens o deputado Manoel Castro.

O Congresso realizou ontem sessão solene em homenagem ao poeta Castro Alves, no sesquicentário de seu nascimento. Definido pelo senador Antonio Carlos Magalhães, que presidiu a solenidade, como "o poeta da liberdade e da democracia", Antonio Frederico de Castro Alves teve sua vida e obra exaltadas pelos senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e Abdias Nascimento (PDT-RJ), e pelos deputados Aldo Rebelo e Manoel Castro.

O presidente do Congresso destacou o consenso dos parlamentares das mais variadas tendências ideológicas quanto à pessoa do poeta baiano e à força de sua poesia, com profundas preocupações sociais e libertárias. Antonio Carlos afirmou que, no âmbito mundial, poucos homens conseguiram a projeção de Castro Alves e uma obra de tamanha qualidade e volume, em uma vida que se extinguiu aos 24 anos. Para o senador, apesar da persistência de "alguns preconceitos", o país melhorou muito ao longo desses 150 anos desde o nascimento do poeta.

HOMENAGEM A LIMA BARRETO

Benedita e Abdias ressaltam papel social do escritor

Ontem, Dia Nacional de Denúncia contra o Racismo, o Senado dedicou a primeira parte da sessão plenária à comemoração do 116º aniversário do escritor Lima Barreto, cuja obra foi exaltada pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e pelo senador Abdias Nascimento (PDT-RJ).

Benedita da Silva lembrou que a obra de Lima Barreto -



Benedita da Silva Abdias Nascimento

como articulista, missivista, crítico, memorialista e ficcionista - consistiu de comentários dos acontecimentos

históricos, políticos e sociais do seu tempo. Ela lamentou que seu trabalho não tenha sido reconhecido em vida, mas apenas 34 anos após a sua morte, com a publicação de sua biografia, por Francisco de Assis Barbosa.

Para Abdias, Lima Barreto foi "certamente uma das maiores expressões de nossa literatura, independentemente da origem étnica, e talvez, o crítico mais contundente das

mazelas de nossa sociedade, sobretudo de nossas elites".

O senador afirmou que a vida de Lima Barreto "foi uma constante batalha contra as condições adversas impostas à população afro-brasileira em sua época". Segundo o senador, o autor de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* fez do jornalismo e da literatura instrumentos de denúncia contra a elite brasileira e de libertação das massas.

■ Quintanilha apela por ZPEs

O governo federal precisa adotar medidas mais eficazes para a utilização das Zonas de

Quintanilha

Processamento de Exportação (ZPEs) como instrumento capaz de fortalecer a economia dos estados, afirmou ontem o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), ao referir-se à realização de um seminário durante o qual foi discutido o processo sobre a implantação desses empreendimentos em todo o país. O evento aconteceu em Araguaína (TO).

■ Área de livre comércio no AC

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pediu ontem uma decisão definitiva do ministro do Planejamento,



Nabor

Antonio Kandir, sobre a implantação das áreas de livre comércio nos municípios acreanos de Epitaciolândia e Brasiléia, criadas por lei de 1994.

O senador disse que a demora na implantação dessas áreas está trazendo prejuízos para o comércio desses municípios, onde muitas firmas encerraram suas atividades em razão da concorrência existente com a área de livre comércio que funciona na cidade boliviana de Cobija.



José Serra, ao lado de Elcio Alvares, preside reunião da CAE

CAE aprova pareceres sobre a programação monetária deste ano

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida por José Serra (PSDB-SP), aprovou pareceres favoráveis às mensagens do Executivo sobre programações monetárias para o 1º e 2º trimestres de 97, com estimativas de variação de agregados monetários, análises da evolução econômica prevista e justificativas.

As mensagens foram relatadas, respectivamente, por Waldeck Ornelas (PFL-BA) e Coutinho Jorge (PSDB-PA), que ofereceram projetos de decreto legislativo, em substituição.

A CAE aprovou parecer de Pedro Simon (PMDB-RS) para que o governo gaúcho emita Letras Financeiras do Tesouro, no total de R\$ 373 milhões 643 mil (valor de janeiro/97), para giro de dívida mobiliária.

Aprovado relatório de Elcio Alvares (PFL-ES) para que o Espírito Santo tome empréstimo de R\$ 65 milhões para cobrir créditos trabalhistas.

Aprovado pedido do governo do Piauí, relatado por Freitas Neto (PFL-PI), de empréstimo de R\$ 53 milhões para cobrir créditos trabalhistas.

Pedido de vista de Fernando Bezerra (PMDB-RN) adiou exame de solicitação da prefeitura de Cordeiro (RJ) para empréstimo de R\$ 400 mil. A matéria tem voto favorável de Eduardo Suplicy (PT-SP).

A CAE acatou parecer de Ney Suassuna (PMDB-PB) pela rejeição de projeto de Roberto Requião (PMDB-PR) que propõe a extinção da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

■ Em defesa da Norte-Sul

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) apelou ontem ao presidente da República para que quebre os preconceitos que ainda dificultam a conclusão da ferrovia Norte-Sul, "fundamental para reduzir os custos de exportação do Nordeste, Norte e Centro do Brasil para a Europa e os mercados asiáticos".

Mauro acha que Fernando Henrique "está perdendo um momento de ouro para consagrar o seu nome como um dos maiores presidentes da nossa história".

■ Lobão: obra é essencial



Lobão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) apoiou ontem a declaração do ministro dos Transportes,

Alcides Saldanha, defendendo a construção da ferrovia Norte-Sul, em palestra proferida no Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Transportes, em Florianópolis.

A Norte-Sul é altamente necessária para o desenvolvimento e a integração nacional, já que faz uma interligação completa com todo o sistema ferroviário do país - considerou o senador.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO, RONALDO CUNHA LIMA E JOEL DE HOLLANDA

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucidilo Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Pios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade
Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy
Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro
 Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.